

CARTA DE MANAUS

Os participantes do II Fórum do PT da Amazônia, reunidos em Manaus, nos dias 10 e 11 de abril de 2003, apresentam os fundamentos teóricos que articulam as Amazônias continentais entre si, com o Estado brasileiro e com os processos mundiais por meio de três eixos temáticos, não excludentes: 1- Cultura e natureza na Amazônia; 2- Amazônia: territórios e povos; e, 3- Amazônia: Região-Nação-Mundo.

A apreensão destes fundamentos possibilitará uma melhor compreensão do INDICATIVO de propostas apresentadas neste documento como subsídio para as ações do Partido e do governo na região.

O primeiro eixo temático inclui, em forma consistente e sistêmica, as concepções e as estruturas filosóficas que gestaram as Amazônias, reais e virtuais, tal qual como elas se apresentam. Nesta perspectiva, o confronto entre natureza e cultura na Amazônia constitui-se num desdobramento do processo de ocidentalização planetária, e por isso ele contém todas as contradições do estranhamento entre as culturas européia e americana, e da expansão do capital, considerando que essa região foi atravessada por todos os ciclos econômicos mundiais, desde o mercantilismo até o processo de globalização.

Neste sentido os diversos encaminhamentos feitos durante este Encontro, reafirmam a necessidade de implantação de políticas públicas nesta região que privilegiem a “condição humana”, possibilitando a melhoria de vida das populações tradicionais.

O segundo eixo temático fundamenta-se na constante redefinição dos espaços e das fronteiras amazônicas, das formas de ocupação e dos interesses políticos na região, que resultaram em inúmeros confrontos civilizatórios em momentos históricos distintos de sua formação regional. Nestes embates, os projetos das populações regionais foram subsumidos, em maioria das vezes, por meio de métodos autoritários e excludentes, por propostas alinhadas com processos nacionais e mundiais em curso, à época.

Diversas propostas feitas neste Fórum enfatizam a premência de se construir um projeto político para a Amazônia, a partir dos povos que sempre moraram nela. Os argumentos utilizados em defesa desta proposta podem ser sintetizados em três grandes eixos, entrelaçados entre si, e balizados por uma mesma vertente política:

1. Para os Amazônidos, o espaço é considerado como um conjunto inseparável de sistemas de objetos e sistemas de ações, e portanto a tese acrítica de que os problemas de escalas espacial e temporal na Amazônia, constituem um fator de impedimento para o seu desenvolvimento socio-econômico, mostra-se frágil e reacionária. O argumento de imensidão

territorial torna-se insustentável, considerando que as dinâmicas humanas, faunística e florística nesta região estão conectadas por feixes de relações, próprias das condições naturais e históricas pretéritas, presentes e às que se projetam para o futuro. Uma ação mais eficaz e contínua do Estado brasileiro na região pode dar-se sem alteração da atual métrica espacial, sem uma cartografia fragmentada, típica de processos de ocupação colonialista, e que certamente multiplicarão os seus atuais problemas, gerando um conjunto de configurações societárias novas num patamar de civilidade precária, com a fragmentação territorial amplificando a desigualdade social. De imediato, as populações indígenas serão as mais atingidas.

2. Problemas de representação política, em particular, teoriza-se que o pequeno número de parlamentares amazônicos na câmara e no senado brasileiro tem dificultado um enfrentamento político mais organizado e contundente contra as forças econômicas e políticas, e até mesmo contra certos setores governamentais que, sistemática e tradicionalmente, têm atuado contra os interesses dos povos da região. A criação de novos territórios e estados na região, no limite, não garante a implantação de um projeto de desenvolvimento voltado para os interesses de suas populações. Ao contrário, a incapacidade dos partidos políticos tradicionais em construir um projeto amazônico têm agravado este quadro e contribuído para a contradição na qual a “Amazônia” se consolida como uma das regiões mais importantes para os diversos povos e governos e a mais abandonada e desprovida de cidadania do Brasil. Os interesses de grupos regionais e nacionais impedem a implantação de um projeto de desenvolvimento que transcenda o modelo concentrador dos grandes projetos implantados na região, e que possa beneficiar todas as populações regionais.

3. E por último, a existência de problemas de sincronismo temporal da região amazônica em relação aos processos de desenvolvimento nacional e mundial. Consta-se a fragilidade da tese centrada no argumento que se faz necessário conhecer cientificamente a região para, posteriormente, desenvolvê-la em padrões tecnológicos, politicamente corretos, uma vez que os ecossistemas amazônicos têm um papel relevante nos processos meteorológicos, biogeoquímicos e termodinâmicos em escala global. A Amazônia é uma construção histórica, e o seu projeto de desenvolvimento socio-econômico tem que ser concebido e implementado com a participação de seus 22 milhões de habitantes. A concepção de congelamento da Amazônia nega o caráter histórico de inserção das populações regionais à medida que os protagonistas desta proposta, em níveis local, nacional e mundial, não asseguram as condições de auto-sustentabilidade para essas populações.

O terceiro eixo temático “Amazônia: Região-Nação-Mundo” abarcam a difícil relação da região com o Estado brasileiro e os processos de alcance mundial. Neste sentido, os processos políticos em curso na região mostram três tendências amplas:

- 1- desinteresse da sociedade brasileira em financiar o desenvolvimento da Amazônia;
- 2- o não desejo do Estado brasileiro em construir um projeto político para esta região, conciliando todos os interesses, regionais, nacionais, e internacionais em curso; e, finalmente,



3- o uso político pelo governo FHC e seus agregados, do emblema “Amazônia”, unanimidade nacional e mundial, como uma entidade avaliadora de parte dos financiamentos internacionais no e ao Brasil.

Esta última tendência constituiu uma estratégia governamental frente a frágil inserção mundial do Brasil. Apesar da pressão de grupos locais e regionais, assim como dos governos centrais sobre o governo brasileiro em relação à conservação e à preservação de seus ecossistemas, os governos dos Estados da Amazônia, ainda não institucionalizaram políticas públicas de meio ambiente que potencializem o grau de importância econômica da região em escala planetária, em benefício da melhoria da qualidade de vida das populações regionais, rurais ou urbanas. Interesses em rede de grupos cristalizados, em diversas instâncias burocráticas, científicas, econômicas e políticas, em âmbito local, regional e nacional, entrelaçados com concepções privatistas e mercadológicas têm impedido a germinação deste processo societário. Contraditoriamente, a região que possui a mais rica biodiversidade mundial, também se encontra entre as que apresentam os piores indicadores sociais brasileiros.

As propostas de desenvolvimento da Amazônia são de interesse regional, nacional e mundial. Elas se recriam e se renovam em razão direta à fragilidade e à ausência do Estado brasileiro na região. Ao contrário da expectativa de muitos setores locais e regionais, esta discussão também envolverá toda a sociedade brasileira e amplos segmentos de grupos internacionais.

A construção de um novo pacto federativo e de um projeto nacional que abarque em forma equânime todos os interesses nacionais, em especial os dos povos amazônicos constitui uma premissa imprescindível para a consolidação da democracia no Brasil.

Finalmente a inserção mundial da Amazônia é mediada pela fragilidade e contradições das políticas nacionais para essa região e pelas formas de ações sociais independentes do controle do Estado na mesma, o que ilustra a complexa relação entre os municípios amazônicos e o Estado brasileiro. A permeabilidade política do Estado ao mercado econômico, real e virtual, acoplada à importância desta região, enquanto unidade estratégica para os diferentes projetos internacionais em curso, fortalece a sua relevância planetária.

O governo do Partido dos Trabalhadores tem o compromisso político de liderar o processo de desconstrução da internacionalização da Amazônia, construindo um projeto soberano e solidário com os interesses do povo brasileiro e das populações amazônicas, em especial.

PROPOSTAS

- As políticas públicas para a Amazônia devem respeitar as especificidades regionais, conforme foi amplamente acordado no Plano de Governo para a região, nas Conferências da Amazônia, no I Fórum do PT da Amazônia e na Carta de Porto Velho que expressam o acúmulo do PT da sociedade crítica da região.
- As políticas públicas para a região estão vinculadas estruturalmente à demanda de reordenamento fundiário, reconhecendo os povos que nela já viviam, as populações tradicionais que ocupam a região centenariamente, os produtores familiares migrantes induzidos pela política pública nos anos 70, garantindo o espaço de reprodução social e econômica desses segmentos na ocupação e domínio do território.
- O modelo fundiário deve ser direcionado para a consolidação das cadeias produtivas sustentáveis baseadas nos recursos naturais renováveis regionais, dentro de uma política de desenvolvimento rural e florestal, numa reorientação econômica com base na diversidade e na sustentabilidade, a infra-estrutura e o aumento dos investimentos sociais e das capacidades locais.
- O reordenamento fundiário deve considerar a demarcação das Terras Indígenas, os Assentamentos Extrativistas, as Florestas Nacionais, Estaduais e Municipais e as unidades de conservação de uso indireto. É de extrema importância, uma ação de governo que impeça o avanço da grilagem de terras na região, associado a medidas de combate ao crime rural organizado.
- Como uma medida de amplo alcance no desenvolvimento rural na Amazônia, o Fórum recomenda a rápida institucionalização do **“Proambiente”** como programa de governo, garantindo sua implementação.
- O novo modelo de desenvolvimento deverá ser construído num contexto de governabilidade ampla, envolvendo os atores políticos e setores produtivos de outras visões, construindo-se consensos que permitam as mudanças com sustentabilidade econômica, ambiental, social, cultural e ética.
- É imprescindível o planejamento integrado das ações, especialmente por parte dos dirigentes em cargos executivos federais, visando maior articulação e compatibilização dos esforços, tendo como referência as políticas, os objetivos e métodos acordados no âmbito do Fórum.

- Criar e estabelecer uma agenda política para o Fórum das instituições federais com peso nas políticas públicas e de desenvolvimento regional (BASA, ADA, SUFRAMA, Eletronorte, Eletrobrás, Petrobrás, Portobrás, Universidades e Instituições de Pesquisa). Uma pauta estratégica, por exemplo, são as definições de investimentos no setor elétrico na Amazônia, buscando-se equacionar as prioridades de investimentos, considerando as posições críticas da sociedade.
- Os parlamentares e militantes do PT da região devem contribuir na articulação da sociedade para participar no processo de discussão do PPA, procurando transformar em programas de governo, as propostas acumuladas nas discussões das diversas instâncias de articulação regional. Da mesma forma, os dirigentes partidários devem tomar para si, a construção do Fórum de Parlamentares da região amazônica.
- Participar da organização da III Conferência da Amazônia.
- Criar condições políticas para compartilhar as análises agregadas e as resoluções do PT na Amazônia ao centro do governo (Casa Civil, empresas e instituições financeiras públicas e Ministérios).
- Considerar que 60% da população da Amazônia é urbana, que existem na Amazônia problemas comuns aos assentamentos humanos metropolitanos e que a questão ambiental urbana deve ser trabalhada com a mesma relevância que a questão rural.
- Considerar as habilidades e mercados locais nos encadeamentos produtivos com base na diversidade das matérias-primas amazônicas - investir na reversão do modelo dependente de *commodities*.

Diretrizes Específicas

Reordenamento Territorial e Fundiário

Primeiro reconhecer os povos que nela já viviam, as populações tradicionais que ocupam a região centenariamente, os produtores familiares migrantes induzidos pela política pública nos anos 70. Um novo reordenamento territorial deve garantir a hegemonia desse público na ocupação e domínio do território. O modelo fundiário deve ser direcionado para a consolidação das cadeias produtivas sustentáveis baseadas nos recursos naturais renováveis regionais, com observação para os seguintes instrumentos que propomos para o referido reordenamento:

1. Demarcação das Terras indígenas. Finalizar o mandato constitucional da demarcação das Reservas Extrativistas regularizando cerca de 35000 Km² de terras;
2. Demarcação dos Assentamentos Extrativistas (PAEX E RESEX), de acordo com as indicações do Projeto ARPA;
3. Criação das Florestas Nacionais e Estaduais, de acordo com o Programa Nacional de Florestas atualmente em vigor podendo atingir cerca de 500.000 km²;
4. Criação das Unidades de Conservação Biológica de acordo com as indicações do Fórum de Macapá com identificação das prioridades para conservação biológica em cerca de 68.990.000 ha;
5. Criação de uma modalidade nova de Assentamento para Áreas de Uso Coletivo.
6. Destinação das indicações de áreas de assentamento atuais para modalidades de Assentamento que valorizem a Produção Florestal;
7. Programa de anulação das terras griladas na Amazônia e seu reordenamento, priorizando aquelas localizadas nas áreas próximas aos eixos de integração. Informações do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) dão conta de cerca de 705.00 km;

Outros instrumentos/ políticas / programas:

- Identificar e ordenar os pólos de produção intensivos de grãos e de produção florestal destinados ao setor empresarial de médio e grande porte;
- Redefinir a melhoria habitacional nas áreas de assentamento rural valorizando os recursos naturais e mão-de-obra existente na localidade, inclusive familiar;
- As modalidades de assentamentos devem estar acompanhadas de ação transversal dos Ministérios nas áreas de comunicação, energia, transporte, saúde e educação voltado para o desenvolvimento local sustentável;

- Criar linha de financiamento pelos bancos oficiais (BASA, BNDES) para a modernização do parque industrial madeireiro verticalizando a produção com o aproveitamento dos resíduos e agregação de valor da produção;
- Programa de financiamento e apoio técnico de Implementação de Pólos Produtivos para agroindustrialização familiar e empresarial através das agências regionais (SUFRAMA / ADA);
- Criação de um Fundo para o desenvolvimento de uma rede de assessoria técnica (pública e privada) voltada para o desenvolvimento sustentável dos Pólos de Produção. Os recursos podem ser oriundos das agências regionais (SUFRAMA / ADA) bem como de percentual dos Fundos Constitucionais 20% do FNO. No caso da produção familiar rural a elaboração dos planos de manejos em suas unidades deverão ser gratuitas;
- Que o IBAMA além da sua função fiscalizadora crie linha de ação voltada para a simplificação da legalização do uso sustentável dos recursos naturais para a produção familiar;
- Criar fórum de definição estratégica dos planos de investimentos energéticos na Amazônia. Hoje é evidente uma contradição entre as prioridades da ELETRONORTE (Belo Monte), ELETROBRÁS (barragens do Madeira) e PETROBRÁS (Gasoduto Urucum - Porto Velho);
- Aprimorar a proposta de Zona Franca Florestal/Verde.

Por fim, acrescenta-se que este documento é uma construção coletiva resultante de um acúmulo que se iniciou com o I Fórum da Amazônia realizado em dezembro de 2001.

Deste II Fórum participaram lideranças políticas, do movimento social, sindical, representantes dos Poderes Executivo e Legislativo.